FUMCULT
Fundação Municipal de Cultura Lazer e Turismo

CONTRATO SERVIÇOS CONTINUADOS COM DEDICAÇÃO DE MÃO DE OBRA EXCLUSIVA Nº FUMCULT/013/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 0017/2021

Que entre si firmam a Fundação Municipal de Cultura, Lazer e Turismo – FUMCULT, inscrita no CNPJ sob o nº 19.141.308/0001-85, Inscrição Estadual Isenta e Inscrição Municipal nº 2509, sediada na Alameda da Cidade de Matozinhos de Portugal, nº 153, Basílica, em Congonhas-MG, CEP: 36.414-156, neste ato representada pela Sra. Lana Mércia Brazil Duarte Dias de Castro , brasileira, viúva, servidora Pública Municipal, inscrita no CPF sob o nº 025.258.656.50 e Carteira de Identidade nº M-7989214-SSP-MG, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, CVCTEC Engenharia – Eieli. – EPP., inscrita no CNPJ sob o nº 14.269.085/0001-12, sediada à Rua Cyro Vaz de Melo, nº 571 – Ljs 13 e 14, Bairro Dona Clara, Belo Horizonte - MG, Cep.: 31255-840, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada por seu Proprietário, Cláudio Vieira de Carvalho, inscrito no CPF sob o nº 580.239.686-53 e Carteira de Identidade nº M-2.518.325 – SSP/MG, tendo por objeto e condições o conteúdo das cláusulas seguintes:

1- CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. Contratação de empresa prestadora de serviços continuados de Manutenção Preventiva, Corretiva e Serviços Eventuais, para atender as instalações administradas pela Fundação Municipal de Cultura, Lazer e Turismo - FUMCULT, sendo: Museu de Congonhas, Museu da Imagem e Memória (Museu da Ladeira), Dependências da Romaria administradas pela FUMCULT, Parque Natural Municipal da Cachoeira de Santo Antônio, Banheiros ao lado do Santuário da Basílica do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, O Museu de Mineralogia e Artes Sacras, após as reformas em que está sendo submetido o referido espaço, Cine Teatro Leon, após as reformas em que está sendo submetido o referido espaço e demais locais que por ventura venham ser administrados pela Fundação Municipal de Cultura, Lazer e Turismo - FUMCULT, sendo utilizados recursos próprios e recursos do PRONAC Nº. 177800, Projeto Manutenção do Museu Congonhas, por um período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

1.2. As edificações administradas pela FUMCULT, citadas no item anterior são as seguintes, até a presente data:

1.3. Museu de Congonhas, situado na Alameda Cidade Matosinhos de Portugal, nº 77, Bairro Basílica;

1.4. Museu da Imagem e Memória, situada à Rua Bom Jesus, nº 250, Bairro Basílica;

1.5. Dependências da Romaria, administradas pela FUMCULT, à Alameda Cidade Matosinhos de Portugal, nº 153, Bairro Basílica;

1.6. Parque Natural Municipal da Cachoeira de Santo Antônio, situado à Rua Ten. Horácio Cordeiro, s/nº - Bairro Praia;

1.7. Banheiros, ao lado do Santuário da Basílica do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, Praça Santuário, nº. 120 – Bairro Basílica.

1.8. O Museu de Mineralogia e Artes Sacras, nas Dependências da Romaria, administradas pela FUMCULT passarão a fazer parte do conteúdo constante no objeto do presente Termo de Referência, após as reformas em que foram submetidos os referidos espaços, não cabendo, em hipótese alguma, à licitante a ser contratada, nenhuma interferência, até que seja

concluída, por inteiro e entregues à Administração da FUMCULT, para uso, os espaços reformados.

1.9. O Cine Teatro Leon, situado à Rua Padre Antônio Corrêa 212, no Bairro Centro que passará a fazer parte do conteúdo constante no objeto do presente Termo de Referência, após as reformas em que foram submetidos os referidos espaços, não cabendo, em hipótese alguma, à licitante a ser contratada, nenhuma interferência, até que seja concluída, por inteiro e entregues à Administração da FUMCULT, para uso, os espaços reformados.

1.10. Futuros espaços que venham a ser administrados pela Fundação Municipal de Cultura, Lazer e Turismo – FUMCULT

1.11. As licitantes deverão apresentar cotação de forma global, elaborando-a conforme modelo em anexo, especificando o tipo de prestação de serviços e o valor global, em reais. O valor deverá corresponder ao preço do item global, acrescido da carga tributária incidente e do transporte, que correrão à conta da licitante.

1.12. A FUMCULT exigirá a prestação dos serviços constantes do anexo I, nos locais determinados neste instrumento, itens 1.3, 1.4, 1.5, 1.6, 1.7, 1.8, 1.9 e 1.10 deste Termo.

1.13. A emissão das ordens de serviços, bem como a conferência de todo o efetivo ficará a cargo dos represente, designados pela Diretora - Presidente da FUMCULT.

1.14. Todas as despesas incidentes sobre a prestação dos serviços e obrigações trabalhistas serão de responsabilidade da empresa a ser contratada.

1.15. Os horários entre o início e término da prestação dos serviços poderão ser alterados, desde que acordado entre as partes e que não interferirem, de modo algum, nos quantitativos e no valor da proposta adjudicada e do contrato.

1.16. O contrato vigorará por um período de 12 (doze) meses, com início contado a partir da data inicial de prestação de serviços, que será determinado, por emissão pela Administração da FUMCULT, da Ordem de Serviços, podendo ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, de acordo com o art. 57 e inciso II da Lei 8.666/93, sendo possível a sua correção, a critério da Administração da FUMCULT e com observância ao Decreto Municipal N° 5.832, de 06 de Agosto de 2013, se couber tal prorrogação, mediante parecer expresso do Procurador Adjunto da Prefeitura Municipal de Congonhas e da Controladoria Geral do Município.

1.17. Havendo a prorrogação contratual, o índice oficial setorial a ser utilizado será o IPCA/IBGE (Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo), se couber tal reajuste, mediante parecer expresso do Procurador-Adjunto da Prefeitura Municipal de Congonhas, da Controladoria Geral do Município e consulta prévia ao profissional Economista da FUMCULT, RATIFICANDO, caso seja viável e legal a sua aplicabilidade.

1.18. Todos os serviços deverão, necessariamente, obedecer às normas, especificações e procedimentos que orientam à perfeita execução da prestação dos serviços.

1.19. Contratação de profissionais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

2- CLÁUSULA SEGUNDA – DA LICITAÇÃO:

2.1. O presente Contrato será celebrado em decorrência do Pregão Eletrônico nº FUMCULT/001/2022, Processo Administrativo nº FUMCULT/0017/2021, Processo Licitatório nº FUMCULT/004/2022 e de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO:

3.1. Este contrato será executado com regime de empreitada por ***PREÇO GLOBAL***.

4- CLÁUSULA QUARTA – DA REPACTUACAO E REAJUSTE

4.1. O Contrato terá direito à repactuação dos preços dos serviços desde que observado o interregno mínimo de 1(um) ano, conforme estabelece a Lei n.º. 10.192/01.

4.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir:

4.3. Da data limite para apresentação das propostas constante do instrumento convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço; ou

4.3.1. Da data do orçamento a que a proposta se referir, admitindo-se, como termo inicial, a data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a maior parcela do custo da contratação for decorrente de mão-de-obra e estiver vinculada às datas-base destes instrumentos.

4.4. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data da última repactuação ocorrida;

4.5. As repactuações serão precedidas de solicitação da Contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação de planilha atualizada de custos e formação de preços, com memória de cálculos, e da comprovação da alteração dos insumos do contrato e do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo que fundamentam a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação;

4.6. As repactuações a que a Contratada fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do contrato será objeto de preclusão em razão da assinatura da prorrogação contratual competência ou do encerramento do prazo contratual, nos termos do Decreto Municipal n.º 5.832/13;

4.7. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva;

4.8. Quando da solicitação da repactuação, esta somente será concedida mediante comprovação pela Contratada do aumento dos custos, considerando-se:

4.9. Os preços praticados no mercado e em outros contratos da Administração;

4.10. As particularidades do contrato em vigência;

4.11. Quando da repactuação deverá ser observada a mesma proporcionalidade de encargos financeiros e econômicos com os quais o licitante apresentou sua proposta, mantendo-se, pois,

o mesmo equilíbrio econômico-financeiro inicial, ainda que a Contratada tenha previsto preços inferiores aos praticados no mercado;

4.11.1. A nova planilha com a variação dos custos apresentada;

4.11.2. Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e

4.11.3. A disponibilidade orçamentária do órgão ou entidade Contratante.

4.12. O prazo para decisão ficará suspenso enquanto a Contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela Contratante para a comprovação da variação dos custos;

4.13. A repactuação será formalizada por meio de apostilamento, exceto quando coincidir com a prorrogação contratual, quando será formalizada por termo aditivo;

4.14. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

4.15. A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

4.16. Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou,

4.17. Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão-de-obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, convenção ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras;

4.18. A Administração deverá assegurar-se de que os preços contratados são compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa;

4.19. O órgão Contratante poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela Contratada;

4.20. Dentre as diligências acima mencionadas, o setor responsável deverá realizar cotação de preços junto a, no mínimo, 3(três) prestadoras de serviço no mesmo ramo, na forma de orientação consolidada pelo Tribunal de Contas de Minas Gerais;

4.21. Para aferição dos preços de mercado também será possível consultas a listas oficiais e publicações especializadas;

4.22. Qualquer ocorrência excepcional na pesquisa de mercado tratada no presente item deverá ser devidamente detalhada mediante termo de justificativa elaborado pelo órgão responsável;

4.23. Os novos preços repactuados não poderão ultrapassar o preço médio de mercado estabelecido na forma do item anterior.

5- CLÁUSULA QUINTA – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS:

5.1.A empresa contratada deverá iniciar as atividades administrativas, constante no ***item 5***, do termo de referência, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de assinatura do contrato pelas partes.
5.2.O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.3. Nesse mesmo período, de 5 (cinco) dias úteis, devem ser providenciados e apresentados:

5.3.1. Anotações de Responsabilidade Técnica – ART´s referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, junto ao CREA;

5.3.2. Declaração indicando o nome, CPF, nº do registro na entidade profissional competente, do responsável técnico que acompanhará a execução dos serviços de que trata o objeto deste Termo de Referência;

5.3.3. Elaborar e apresentar à FUMCULT um cronograma de vistoria que será realizado em todas as instalações e equipamentos, cuja manutenção esteja sob sua responsabilidade, especificando a situação em que se encontram os equipamentos objetos da manutenção;

5.3.4. Apresentar à FUMCULT um relatório sobre as medidas de segurança a serem adotadas durante a execução dos serviços, em atendimento às legislações nacionais;

5.3.5. Apresentar à FUMCULT, formalmente, o currículo do corpo técnico que cumprirá as atividades previstas neste termo de referência, com cópia do certificado de conclusão do curso técnico especializado.

5.3.6. Apresentação do PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos;

5.3.7. Apresentação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO;

5.3.8. Apresentação do Manual de controle interno de prevenção de acidente de trabalho.

5.4. Providenciar, no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, após a assinatura do contrato, e sempre que se fizer necessário, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento e seus anexos:

5.4.1. Apresentação do Plano de manutenção, operação e controle de todos os equipamentos e/ou sistemas prediais tais como: quadros elétricos, bombas etc;

5.5. A empresa contratada assumirá os serviços no estado em que se encontram os equipamentos e instalações.

6 - CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO:

6.1. O valor do presente contrato, objeto deste instrumento será de R$510.000,00 (quinhentos e dez mil reais), que corresponderá ao preço global, acrescido da carga tributária incidente e demais custos, que correrá à conta da CONTRATADA.
6.2. Os pagamentos serão realizados no prazo máximo de 10 (dez) dias, após a prestação dos serviços, desde que apresentada à respectiva Nota Fiscal/Fatura, juntamente com as cópias da prova de regularidade para com a Fazenda Federal através de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, referindo-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" à "d" do parágrafo único do art. 11 da Lei 8.212, de 27/07/91, CRF do

FGTS, Certidão Negativa de Débito Municipal, Certidão de Débito Negativa Estadual e Certidão de Débito Negativa Trabalhista – CNDT.

6.3. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

6.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao CEIS ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

6.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.7. Constatando-se, junto ao CEIS, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

6.8. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

6.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação fiscal.

6.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, quando couber.

6.11. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7 – CLÁUSULA SÉTIMA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

7.1. Será exigido da CONTRATADA em até 30 (trinta) dias da assinatura do contrato, prestação de garantia em favor da FUMCULT, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, em uma das seguintes modalidades:

a) caução em dinheiro;
b) seguro garantia, que cubra, inclusive encargos trabalhistas e previdenciários; ou

c) fiança bancária que cubra, inclusive, encargos trabalhistas e previdenciários.

7.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

b) prejuízos causados à administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

c) as multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada;

d) obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela contratada.

7.3. Não serão aceitas garantias em cujos termos não constem expressamente os eventos indicados nas alíneas "a" a "d" do item imediatamente anterior.

7.4. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

7.5. O atraso superior a 30 (trinta) dias de interrupção da prestação dos serviços, autoriza a Administração a promover a retenção dos pagamentos devidos à contratada, até o limite de 5% do valor anual do contrato a título de garantia, a serem depositados junto a instituição bancária a critério da CONTRATANTE, com correção monetária, em favor da contratada.

7.6. A garantia mencionada deverá ser renovada a cada 12 (doze) meses, devendo seu valor ser atualizado nas mesmas condições contratuais.

7.7. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente, em pagamento de qualquer obrigação, a adjudicatária deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data em que for notificada pela FUMCULT.

7.8. A garantia de todos os encargos, inclusive trabalhistas e previdenciários deverá cobrir o período mínimo de 12 (doze) meses após o término do contrato, devidamente demonstrado na apólice.

7.9. Será considerada extinta a garantia:

a) com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

b) no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência, caso a Administração não comunique ocorrência de sinistros.

7.10. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em banco a ser informado, com correção monetária, em favor do contratante.

7.11. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

7.12. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente. (artigo 56, Inciso 4º da Lei nº. 8666/1993).

8- CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS FINANCEIROS:

8.1. Mediante acordo de Prestação de Contas do Projeto de Manutenção do Museu de Congonhas – aprovado na Lei Federal de Incentivo à Cultura PRONAC Nº. 177800 CONTRATO DE PATROCINIO ENTRE VALE S/A X FUMCULT, e custeio com recursos próprios.

8.2. As despesas decorrentes do cumprimento da presente licitação correrão por conta das seguintes dotações do orçamento vigente:

Órgão: 02 – Fundação Municipal de Cultura, Lazer e Turismo - FUMCULT
Unidade: 01– Coordenação da Fundação Municipal de Cultura, Lazer e Turismo - FUMCULT
Atividade 04.122.0046.8.001 – Manutenção das Atividades Administrativas.
Natureza da Despesa: Ficha 10 3.3.90.39.00.00.00.00 0100 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Órgão: 02 – Fundação Municipal de Cultura, Lazer e Turismo - FUMCULT
Unidade: 01– Coordenação da Fundação Municipal de Cultura, Lazer e Turismo - FUMCULT
Atividade: 13.391.0047.8.014 – Manutenção de Museus e Teatros.
Natureza da Despesa: Ficha 20 - 3.3.90.39.00.00.00.00 0100 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.
Natureza da Despesa: Ficha 19 - 3.3.90.39.00.00.00.00 0108 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Órgão: 02 – Fundação Municipal de Cultura, Lazer e Turismo - FUMCULT
Unidade: 01– Coordenação da Fundação Municipal de Cultura, Lazer e Turismo - FUMCULT
Atividade 27.812.0049.8.011 – Manutenção dos Parques.
Natureza da Despesa: Ficha 26 3.3.90.39.00.00.00.00 0108 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

9- CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

9.1.Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

9.1.1.Apresentar documentação falsa;

9.1.2.Deixar de entregar os documentos exigidos no contrato;

9.1.3.Ensejar o retardamento da execução do objeto;

9.1.4.Não mantiver proposta;

9.1.5.Cometer fraude fiscal;

9.1.6.Deixar de prestar os serviços nas quantidades, prazos e condições pactuadas, de acordo com as exigências constantes neste documento;

9.1.7.Deixar de emitir faturas ou notas fiscais dos serviços no valor e nos prazos pactuados;

9.1.8.Comporta-se de modo inidôneo;

9.2.Considera-se comportamento inidôneo, entre outros: a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, o conluio entre os licitantes, descumprimento das obrigações previstas no edital ou no contrato.

9.3.O contratado que cometer qualquer das infrações acimas discriminadas ficará, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

9.4.Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CONTRATANTE.

9.5.Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93, serão aplicadas multas, conforme as infrações cometidas e o grau respectivo, indicados nas tabelas abaixo:

Item	Serviço	Nível Esperado	Não Atendimento	Pontos perdidos por descumprimento da meta
1	Apresentação dos empregados	Empregado uniformizado e com o uniforme limpo, apresentável e com crachá com identificação visível.	Empregado não uniformizado ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá	1 ponto por empregado limitado a 10 pontos por mês.
2	Execução integral dos serviços.	Serviços executados com a qualidade adequada e satisfatória.	Serviços executados de forma incompleta e/ou com a qualidade insatisfatória;	1 ponto por ocorrência limitado a 10 pontos ao mês
3	Segurança.	Fornecer EPI aos seus empregados e exigir o uso, quando necessário.	Deixar de fornecer EPI e/ou deixar de exigir o uso, quando necessário.	1 ponto por empregado limitado a 10 pontos por mês.
4	Serviços continuados.	Serviços executados com continuidade e regularidade, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito.	Serviços executados com descontinuidade e irregularidade sem motivos de força maior ou caso fortuito.	1 ponto por ocorrência limitado a 10 pontos por mês
5	Fiscalização.	Executar os serviços determinados pelo gestor e atender suas Recomendações	Deixar de executar os serviços determinados pela CONTRATANTE e/ou deixar de atender suas recomendações	1 ponto por ocorrência limitado a 10 pontos por mês
6	Efetivo de empregados.	Efetuar a reposição de funcionários faltosos por qualquer motivo (férias, licença médica, dispensa, etc)	Deixar de efetuar a reposição de funcionários faltosos,.	1 ponto por empregado, por dia, limitado a 10 pontos por mês.
7	Obrigações sociais.	Efetuar o pagamento, em dias, de salários, vales transporte, vale-refeição, seguros, encargos sociais e fiscais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas.	Deixar de efetuar o pagamento, em dias, de salários, vales-transportes, vale-refeição, seguros, encargos sociais e fiscais, bem como deixar de arcar com quaisquer despesas diretas ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas de suas exigibilidades	1 ponto por ocorrência, limitado a 10 pontos por mês
8	Uniformes.	Entregar o uniforme aos funcionários a cada 6 (seis) meses, ou antes se for necessário	Deixar de entregar o uniforme aos funcionários a cada 6 (seis) meses ou antes se for necessário.	1 ponto por empregado limitado a 10 pontos por mês.

9	Obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciária.	Apresentar mensalmente documentação fiscal, trabalhista, previdenciária, bem como outros exigíveis para pagamento, exclusivamente referentes ao contrato.	Deixar de apresentar documentação fiscal, trabalhista, previdenciária e outros exigíveis para pagamento.	1 ponto por ocorrência limitado a 10 pontos por mês
10	Serviços em dia	Executar nos prazos estabelecidos as Ordens de Serviços recebidas	Deixar de executar nos prazos estabelecidos as Ordens de Serviços recebidas	1 ponto por Ordem de Serviço, limitado a 10 pontos por mês
11	Fornecimento de materiais	Fornecer em tempo hábil todos os materiais necessários aos serviços	Deixar de fornecer em tempo hábil qualquer material necessário ao serviço	1 pontos por ocorrência limitado a 10 pontos ao mês
12	Fornecimento de ferramentas /equipamentos	Manter os empregados devidamente equipados com as ferramentas e equipamentos previstos no contrato	Deixar faltar qualquer ferramenta ou equipamento previsto no contrato	1 ponto por ocorrência limitado a 10 pontos por mês
13	Transporte	Manter os veículos, diariamente, em perfeitas condições de uso e prontos para o transporte de seus empregados para as frentes de trabalho.	Deixar faltar qualquer um dos veículos, por qualquer motivo que seja.	1 ponto por ocorrência limitado a 10 pontos por mês
14	Cumprimento integral do contrato	Cumprir e estar em dias com todas as obrigações contratuais	Deixar de cumprir e/ou retardar/atrasar o cumprimento de qualquer obrigação contratual	1 ponto por ocorrência limitado a 10 pontos por mês

9.5.1. No caso de haver ocorrência superior a 10 pontos no mês, em qualquer dos itens acima, ocorrerá automaticamente uma multa de 1% sobre o valor mensal da fatura, por cada item que exceder os 10 pontos.

9.5.2. NOTA MENSAL DE AVALIAÇÃO (NMA) = (140 – (Σ PONTOS PERDIDOS))/14

Nota Mensal	Penalidade
9,5 ≤ NMA < 10	Advertência
8,0 ≤ NMA < 9,5	Abatimento de 5% da fatura mensal
7,0 ≤ NMA < 8,0	Abatimento de 10% da fatura mensal
6,0 ≤ NMA < 7,0	Abatimento de 15% da fatura mensal

5,0 ≤ NMA < 6,0	Abatimento de 20% da fatura mensal
NMA ≤ 5,0	Abatimento de 25% da fatura mensal

9.5.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

9.5.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

9.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções;

9.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

9.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

9.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

9.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União, Estados e Municípios ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

9.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

9.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

9.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO:

10.1. A rescisão contratual poderá ser:

10.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Fundação, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

10.1.2. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Fundação.

10.2. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão pela Fundação, com as consequências previstas neste Contrato.

10.3. Constituem motivos para rescisão do contrato os previstos no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

10.3.1. Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, sem que haja culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando houver sofrido.

10.4. A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretara as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93.

10.5. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas no artigo 78 da Lei n° 8.666/93.

10.6. Os procedimentos de rescisão contratual, tanto os amigáveis, como os determinados por ato unilateral da contratante, serão formalmente motivados, asseguradas à contratada na segunda hipótese a produção do contraditório e a dedução de ampla defesa, mediante prévia e comprovada intimação da intenção da Administração para que, se o desejar, a CONTRATADA apresente defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento e, em hipótese de desacolhimento da defesa, interponha recurso hierárquico no prazo de 5(cinco) dias úteis contados da intimação comprovada da decisão rescisória.

10.7. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADDA ensejará à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções, e a retenção de pagamento.

10.8. Não será considerada retenção de pagamento quando este deixar de ocorrer em razão da não apresentação de todos os documentos/comprovações relacionados na cláusula de pagamento, visto que o prazo para o pagamento somente começa a correr após a apresentação dos mesmos.

10.9. A Administração concederá um prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação. Fica esclarecido que até a regularização das obrigações, o pagamento não será efetuado, em razão de que não foram apresentadas as comprovações exigidas para tal.

10.10. Quando da rescisão contratual, a fiscalização do contrato verificará o pagamento pela CONTRATADA das verbas rescisórias ou a comprovação de que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

10.11. Até que a CONTRATADA faça tal comprovação, a CONTRATANTE reterá à garantia prestada, podendo ainda utilizá-la para o pagamento direto aos trabalhadores no caso da contratada não efetuar os pagamentos em até 02 (dois) meses do encerramento da vigência contratual.

11- CLÁUSULA DÉCIMA - PRIMEIRA – DA CESSÃO DO CONTRATO:

11.1- O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, ainda que parcial.

12- CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

12.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

12.1.1. Cumprir, rigorosamente o Código Civil, as Normas Técnicas da ABNT, as normas de medicina e Segurança do Trabalho e demais Normas e regulamento pertinentes e responsabilizar-se tecnicamente pelas sugestões de reparos apresentadas e pelos serviços executados.

12.1.2. Manter permanente entendimento com a FUMCULT, objetivando evitar interrupções ou paralisações nos serviços prestados pela CONTRATADA nos diversos locais onde estiverem sendo feitas as manutenções.

12.1.3. Responsabilizar-se, civil e criminalmente, por todo e qualquer dano que venha, ou seus prepostos ou empregados a causar à FUMCULT ou a terceiros, por ação ou omissão, negligência ou imperícia, dolo ou culpa, em decorrência da execução dos serviços, objeto deste projeto, não cabendo à FUMCULT, em hipótese alguma, responsabilidade por esses danos diretos, indiretos ou lucros cessantes decorrentes.

12.1.4. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução dos serviços, bem como assumir todos os ônus decorrentes do possível chamamento da FUMCULT em juízo, como litisconsorte, em ação trabalhista ou de reparação civil em decorrência da execução dos serviços, ficando a FUMCULT, desde já, autorizada a glosar das faturas as importâncias estimadas com o processo.

12.1.5. Responsabilizar-se perante a FUMCULT, pelos eventuais danos ou desvios causados aos bens que foram confiados aos seus empregados e prepostos, devendo efetuar o ressarcimento correspondente imediatamente após ter tomado conhecimento do fato, sob pena de lhe ser atribuída má fé e de glosa de qualquer importância que tenha a receber.

121.6. Utilizar, na execução dos serviços, pessoal especializado e devidamente uniformizado, identificado e credenciado para acesso a todas as unidades da FUMCULT, na entrada e na segurança local;

12.1.7. Fornecer todo equipamento de proteção individual (EPI) de acordo com as Normas Técnicas.

12.1.8. Dar ciência, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços.

12.1.9. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela FUMCULT a cujas reclamações se obrigam a atender prontamente.

12.1.10.A empresa contratada deverá realizar a primeira revisão de todos os equipamentos e instalações prediais, independente de qualquer comunicação, até 30 (trinta) dias após assinatura do contrato.

12..1.11. Fornecer transporte para seus funcionários, máquinas e equipamentos necessários para execução dos serviços ora citados (manutenção preventiva e corretiva).

12.1.12.Apresentar, juntamente com a fatura do período, sob pena de sua devolução por incorreção, os relatórios de manutenção semanais, quinzenais, mensais e semestrais de cada um dos locais onde a empresa contratada é obrigada a fazê-las, conforme relacionado no Plano Básico de Manutenção do ANEXO VI.

12.1.13.Nos relatórios devem constar todas as alterações encontradas, as medições que foram feitas, materiais empregados de forma consolidada e o nome e a assinatura do servidor local (cliente) da FUMCULT que acompanhou e tomou ciência dessas alterações e medições, e do responsável técnico da empresa contratada, podendo utilizar sistema informatizado de gerenciamento, que neste caso, a assinatura prevista neste subitem, poderá ser realizada de forma eletrônica.

12.1.14.As alterações encontradas e que necessitam da atuação urgente da manutenção, deverão ser, imediatamente comunicadas a CONTRATANTE, a qual caberá à decisão de autorizar o serviço ou adotar outras providências.

12.1.15.Se essa comunicação de urgência for verbal ou via telefone, deverá ser seguida de comunicação escrita, ou via sistema informatizado, com detalhamento da situação encontrada e dos perigos de prejuízos que oferece, além das medidas de correção que forem julgadas necessárias.

12.1.16.Fornecer à CONTRATANTE, juntamente com a fatura mensal o relatório mensal, de forma acumulativa, informando, por exemplo: as manutenções preventivas e corretivas executadas identificando detalhadamente, equipamentos, materiais, instalações e edificações contempladas; as vistorias realizadas em cada edificação, pelo responsável técnico, os problemas detectados e as providências executadas; o total de "O.S." recebidas, atendidas e pendentes no mês; o consolidado de todos os materiais aplicados com seus respectivos quantitativos e valores, inclusive aqueles de fornecimento sem ônus adicional;

12.1.17.Agir e operar com organização completa no gerenciamento, coordenação, e execução das atividades fornecendo a mão-de-obra, ferramentas, materiais, utensílios e equipamentos necessários à perfeita execução dos serviços, nos prazos estabelecidos, utilizando-se de empregados treinados, preparados e de bom nível educacional, moral e mental.

12.1.18.Em hipótese nenhuma será admitido que os empregados fiquem ociosos por falta de materiais e/ou ferramentas. Em ocorrência dessa espécie os empregados serão encaminhados à Sede da empresa contratada e os dias glosados integralmente na sua fatura, bem como a glosa automática de multa de 0,3% do valor da fatura mensal. (A O.S deverá ser aberta somente após comprovação por parte do fiscal que tem os materiais, ferramentas e mão de obra necessária para a execução da O.S)

12.1.19.Em caso de paralisação dos empregados, por qualquer que seja a motivação, os dias ou expediente não trabalhados serão glosados da fatura da empresa, dividindo-se o valor total fixo mensal do contrato por 30 e multiplicando-se o resultado pelos dias ou expediente não trabalhados, bem como a aplicação da sanção cabível.

12.1.20.Refazer, às suas custas, os serviço s reprovados pela CONTRATANTE, sejam pela baixa qualidade dos materiais aplicados, quanto pela imperícia, imprudência e/ou incompetência de seus empregados, arcando com o custo de todos os materiais necessários.

12.1.21.Zelar para não danificar os pisos, tomando todas as precauções necessárias para não riscar e/ou impregná-los com sujeiras, adotando as ações cabíveis para entregar os locais dos serviços em perfeitas condições de uso.

12.1.22.Manter uma oficina sempre organizada promovendo, semanalmente, uma limpeza geral, bem como não permitir que seus empregados deixem objetos pessoais nos locais de trabalho.

12.1.23.Exigir de seus empregados que mantenham limpos os lugares, onde estiverem trabalhando, livres e desobstruídos visando minimizar o impacto dos serviços nos ambientes. Após a conclusão dos serviços, efetuar limpeza completa do local, antes de comunicar ao Executor do Contrato, o encerramento dos trabalhos, para fins de vistoria e aceite do Fiscal.

12.1.24.Acatar todas as orientações da CONTRATANTE, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização prestando, de imediato e com solicitude, os esclarecimentos solicitados e atendimento das reclamações formuladas.

12.1.25.Não ceder ou transferir os serviços objeto deste Termo de Referência sem autorização da FUMCULT.

12.1.26.Providenciar, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, os reparos ou indenizações de avarias em equipamentos, instalações e bens, causadas por seus empregados na execução dos serviços ou por imperícia, imprudência ou vandalismo, inclusive a servidores e terceiros, sem ônus adicional para a FUMCULT.

12.1.27.Dispor de responsável técnico, habilitado para dar suporte aos serviços que envolvam estruturas e instalações ficando, consequentemente, responsável pelo acompanhamento dos estudos, projetos e execuções que envolvam manutenções preventivas e corretivas desses serviços.

12.1.28.Designar, para realização dos serviços, empregados devidamente habilitados conforme exigido neste Termo de Referência, reservando-se a CONTRATANTE o direito de impugnar, a qualquer tempo, aqueles que, a seu juízo, não preencherem os requisitos exigíveis para o desempenho dos serviços pertinentes.

12.1.29.Substituir imediatamente, por determinação da CONTRATANTE, qualquer empregado cuja conduta ou desempenho insatisfatório comprometa o bom andamento dos serviços.

12.1.30.O responsável técnico estará sujeito às normas disciplinares da FUMCULT, porém, sem qualquer vínculo empregatício com a FUMCULT, cabendo à empresa contratada todos os encargos e obrigações previstas na legislação social e trabalhista em vigor.

12.1.31.Adotar todas as providências e assumir todas as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente do trabalho, quando, em ocorrência da espécie forem vítimas os seus técnicos e empregados, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que verificados em dependências da FUMCULT.

12.1.32.Atender às normas de segurança e demais regulamentos em vigor nas dependências da FUMCULT.

12.1.33.Cumprir com todas as obrigações estabelecidas pela convenção do sindicato da categoria, bem como contemplar seus empregados com todos os benefícios estabelecidos no mesmo instrumento.

12.1.34.Manter, nas dependências da FUMCULT, devidamente identificadas, a quantidade e a espécie dos equipamentos/ferramentas necessários à execução dos serviços objeto do contrato, devendo providenciar e disponibilizar qualquer outro equipamento julgado indispensável para a realização dos serviços.

12.1.35.Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da FUMCULT ou de outra empresa prestadora de serviço.

12.1.36.Realizar a manutenção dos equipamentos/ferramentas e de seus acessórios necessária à execução dos serviços.

12.1.37.Substituir os equipamentos/ferramentas em até 48 (quarenta e oito) horas, quando apresentarem defeitos, devendo submeter os novos equipamentos à autorização formal da CONTRATANTE.

12.1.38.Não retirar os equipamentos e ferramentas das dependências da FUMCULT, salvo por motivo de manutenção ou de substituição por similar ou de tecnologia superior e desde que haja prévia autorização da CONTRATANTE.

12.1.39.Manter sede, filial ou escritório em Congonhas-MG com capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da FUMCULT, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários.

12.1.40.A empresa contratada deverá comprovar no prazo de 60 (sessenta) dias, após a assinatura do contrato, o cumprimento desta obrigação.

12.1.41. Implementar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre, em perfeita ordem, todas as dependências da FUMCULT.

12.1.42. Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste Termo de Referência, sem prévia autorização da FUMCULT.

12.1.43. Manter, durante o período de vigência da contratação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, com a inclusão, da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, em cumprimento ao disposto na Lei nº. 12.440, de 07/07/2011.

12.1.44. Indicar Preposto, aceito pela FUMCULT, para representar a empresa contratada na execução do Contrato.

12.1.45. Constar na planilha de quantitativo e preços as despesas operacionais/ administrativas, sendo: deslocamento de apoio, gerencial, logístico e administrativo.

12.1.46. Atentar quanto á obrigação personalíssima, não podendo ser cedida a terceiros e que se impõe ao caso as normas previstas no art. 247 e 248 do Código Civil.

12.1.47. Apresentar, por ocasião da assinatura do Contrato, Certidão emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que comprove o cumprimento das normas regulamentadoras relativas ao Serviço Especializado em Medicina do Trabalho (SESMT), em consonância com a Portaria MTB nº 3.214, de 08/06/78 e art. 200 da Lei nº 6.514, de 22/12/77.

12.1.48. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos nos ítens anteriores não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento.

12.1.49. A CONTRATADA deverá observar todas as obrigações do Contrato.

12.1.50. Selecionar profissionais que atendam os critérios estabelecidos;

12.1.51. Coordenar a jornada de trabalho de cada profissional;

12.1.52. Monitorar a presença diária dos profissionais nos horários contratados;

12.1.53. Atender às solicitações da FUMCULT, por meio da equipe responsável pela realização dos serviços;

12.1.54. Se responsabilizar pela execução dos itens do Termo de Referência, cabendo acompanhar o cumprimento rigoroso dos prazos, entrega de documentos, elaboração de relatórios de acompanhamento e quaisquer atividades pertinentes à execução do serviço;

12.1.55. Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seu empregado, das normas disciplinares determinadas pela FUMCULT;

12.1.56. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito;

12.1.57. Cumprir com os postulados legais vigentes em âmbito federal, estadual ou municipal;

12.1.58. Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, enviando cópia da apólice para FUMCULT, (no prazo de até 10 dias, após a assinatura do contrato) e responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal e acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho da categoria;

12.1.59. Acatar a rotina de trabalho determinada pela FUMCULT;

12.1.60. Zelar pela manutenção da disciplina nos locais dos serviços, substituindo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após a notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pela FUMCULT;

12.1.61. Entregar a FUMCULT, no início da prestação dos serviços e sempre que ocorrer substituição temporária ou definitiva de empregado, ficha funcional do empregado, contendo foto; cópia da carteira de identidade – RG, cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF; tipo sanguíneo/Fator RH, telefone para contato; comprovante de residência; cópia de anotação da Carteira de Trabalho e Previdência Social para comprovação da regularidade do registro profissional e demais anotações de interesse.

12.1.62. Pagar os salários dos empregados prestadores dos serviços contratados dentro dos prazos legais, recolher os encargos respectivos e apresentar à FUMCULT, como condição de recebimento mensal das importâncias avençadas, bem como ao final do contrato, para liberação da garantia contratual, os seguintes documentos:

a) Cópia da Folha de pagamento.

b) Cópia autenticada das guias de recolhimento do **INSS** e do **FGTS** relativas aos empregados utilizados na prestação de serviços.

c) Cópia dos contracheques e dos recibos de entrega do vale-transporte, do vale-alimentação, dos uniformes e de outros benefícios estipulados no acordo, convenção ou sentença normativa de dissídio coletivo de trabalho e neste Termo, inclusive que devem estar devidamente datados e assinados pelos funcionários.

d) Cópia dos pagamentos de férias, décimo-terceiro salário, no caso de empregados demitidos, das verbas rescisórias.

e) Comprovante, ao final do contrato ou em caso de rescisão, do pagamento das verbas rescisórias ou a realocação dos funcionários em outra atividade de prestação de serviços, sem interrupção do contrato de trabalho.

12.1.63. Qualquer atraso ocorrido na apresentação da fatura ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação da FUMCULT.

12.1.64. Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, conforme previsto neste documento, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados, que não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com a FUMCULT, sendo de exclusiva responsabilidade da empresa, as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais;

12.1.65. Não caucionar ou utilizar o contrato firmado com a FUMCULT para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência, sob pena de rescisão contratual;

12.1.66. Fornecer a cada empregado, quantitativo de vale-refeição e alimentação (se houver, no valor definido em dissídio coletivo de classe), suficiente para cada mês, bem como o vale-transporte também no quantitativo necessário para que cada empregado se desloque residência/trabalho e vice-versa durante todo o mês, ambos em uma única entrega, até o último dia útil do mês que antecede a utilização dos mesmos;

12.1.67. Efetuar o pagamento do 13º (décimo-terceiro) salário (gratificação natalina), até a data definida no dissídio coletivo da classe, na proporção a que fizer jus o empregado;

12.1.68. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da FUMCULT ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste Edital, devendo orientar seus empregados nesse sentido;

12.1.69. As eventuais alterações do quadro de funcionários, seja para substituição eventual ou definitiva, deverão ser previamente comunicadas à Administração, sendo que o funcionário só poderá adentrar nas dependências das unidades da FUMCULT após autorização da mesma;

12.1.70. Efetuar a quitação dos salários pertinentes aos seus empregados alocados ao serviço até o 5º dia útil do mês subsequente, bem como fornecer aos seus empregados outros benefícios e vantagens previstos na legislação e nos acordos coletivos de trabalho, quando houver;

12.1.71. Indenizar a FUMCULT pelo justo valor dos eventuais danos, avarias e inutilização de quaisquer bens da instituição ou de terceiros, quando comprovada culpabilidade de seu pessoal, sob pena de retenção do respectivo valor, já da primeira fatura apresentada, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, considerando que a CONTRATADA deverá possuir cobertura securitária para este fim;

12.1.72. Prestar os serviços por um período de 12 (doze) meses, a partir da emissão da Ordem de Serviços, devendo estar com todos os funcionários aptos para iniciarem a prestação dos serviços, nos horários previamente estabelecidos;

12.73. Apresentar, a cada medição, extrato bancário ou documento similar que comprove o fluxo de caixa da empresa para a quitação das remunerações, obrigações trabalhistas e fiscais;

12.1.74. Obriga-se a manter durante a execução dos serviços as condições de habilitação e qualificação comprovadas na licitação;

12.1.75. Manter em dia os exames periódicos de saúde de acordo com legislação vigente.

12.1.76. Apoiar a equipe de gestão no atendimento das demandas dos órgãos de controle/fiscalização do Ministério da Cidadania, dentro dos prazos e autorizações relativos ao PRONAC;

12.1.77. Revisar e instruir sobre o relatório qualitativo e de comprovações da realização do projeto, durante sua execução (relatórios trimestrais que serão inseridos no Sistema SALIC;).

12.1.78. Finalizar, conferir e integrar a prestação de contas final do projeto no sistema SALIC, de acordo com o prazo máximo exigido pelo Ministério da Cidadania;

12.1.79. Comunicar, por escrito, imediatamente, a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para adoção das providências cabíveis.

12.1.80. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS REFERENTE À POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO.

12.1.80.1. É prevista a aplicação da Lei federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, regulamentada pelo Decreto Municipal n/ 6.826, de 27 de maio de 2019, de acordo com a seguinte clausula:

"Na forma da Lei Federal nº 12.846/2013, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 6.826/2019, para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por contra própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este Termo de Referência, devendo garantir, ainda, que seus prepostos, gestores, fiscais, Servidores Públicos e colaboradores ajam da mesma forma e observando sempre a legislação pertinente."

12.81. DA SUBCONTRATAÇÃO (TERCEIRIZAÇÃO)

12.81.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de ***8,97%*** (oito ponto noventa e sete por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

12.81.1.1. A subcontratação de profissionais ou empresas especializadas, para estarem realizando serviços específicos, que a CONTRATADA não esteja apta a executar, seguindo os percentuais do item acima, e condições dos itens abaixo.

12.81.2. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação

12.81.3. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

12.81.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes *ao* objeto da subcontratação.

13. CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

13.1. São obrigações da Contratante:

13.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

13.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos *documentos*, cronogramas e certidões recebidas provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

13.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

13.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado, a saber: Giovanni Alberto de Oliveira, cargo Chefe de Departamento Parque da Cachoeira, responsável por acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações no Parque Natural Municipal da Cachoeira de Santo Antônio, situado à Rua Ten. Horácio Cordeiro, s/nº - Bairro Praia; e as demais instalações serão acompanhadas e fiscalizadas pelo servidor Paulo Antônio Teixeira.

13.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

13.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14. CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

14.1. A FUMCULT terá o(s) Fiscal(is) do Contrato para executar(em) a fiscalização do Contrato, que registrarão todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada a empresa contratada, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

14.2. A CONTRATANTE poderá, caso seja necessário, solicitar total ou parcialmente a empresa contratada para fins de fiscalização e para efeito de pagamento os seguintes documentos:

a) Folha de pagamentos do mês a que se referem às Notas Fiscais ou Faturas, bem como resumo e contracheques devidamente quitados e assinados;
b) Comprovantes dos pagamentos de salários, vale-transporte, auxílio-alimentação e demais benefícios devidos por força do Contrato ou Convenção Coletiva de Trabalho, efetuados em nome dos funcionários vinculados ao Contrato e que prestaram serviços nas dependências da FUMCULT, inclusive em caráter temporário, do mês anterior à Nota Fiscal;
c) Guia de Recolhimento ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP, com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando do recolhimento efetuado pela Internet, relativa ao mês de competência anterior, ou na forma definida pela legislação vigente, compatível com o contingente alocado para o adimplemento do Contrato;
d) Guia de Recolhimento de Contribuições Previdenciárias (GPS), com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando do recolhimento efetuado pela Internet, relativa ao mês de competência anterior, ou na forma definida pela legislação vigente, compatível com o contingente alocado para o adimplemento do Contrato;
e) Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social;
f) Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo FUMCULT relativa ao mês a que se referem às Notas Fiscais ou Faturas, contendo todos os funcionários vinculados ao Contrato e que prestaram serviços nas dependências das unidades da FUMCULT, inclusive em caráter temporário, durante esse período;
g) Certidão Negativa de Débitos junto à Fazenda Municipal;
h) Certidão Negativa de Débitos relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros;

i) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
j) Cópias dos recibos de entrega dos vales-transportes, dos vales alimentação, dos uniformes e de outros benefícios estipulados na convenção coletiva de trabalho;
k) Cópia dos recibos dos pagamentos de férias e, no caso de empregados demitidos, das verbas rescisórias e indenizatórias, relativos ao mês de ocorrência desses eventos;
l) Apresentar comprovante de pagamento das 1ª e 2ª parcelas do 13º salário de todos os colaboradores que prestam serviço nas dependências da FUMCULT, referentes aos meses de adimplemento dessas obrigações.

14.3. As exigências e a atuação da fiscalização pela FUMCULT em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da empresa contratada no que concerne à execução do objeto contratado.

14.4. Não obstante a empresa contratada seja o único e exclusivo responsável pela execução de todos os serviços, a FUMCULT reserva-se no direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados.

14.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela empresa contratada, sem justificativa aceita pela FUMCULT, resguardados os procedimentos pertinentes, poderá acarretar aplicação das penalidades previstas nas legislações vigentes.

14.6. Emitir Nota Fiscal/Fatura correspondente à sede ou filial da empresa que apresentou a documentação na fase de habilitação, juntamente a Prova de Regularidade para com a **Fazenda Federal (Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais a Divida Ativa da União)** e que conste que a mesma abranja, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº. 8212, de 24 de julho de 1991; Prova de Regularidade para com as **Fazendas Estadual e Municipal** do domicilio ou sede do licitante;
Prova de Regularidade relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei; **Certidão Negativa de Débito Trabalhista (CNDT)** e Certidão Negativa de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial;

14.7. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93, serão aplicadas multas, conforme as infrações cometidas e o grau respectivo, indicados nas tabelas abaixo:

Item	Serviço	Nível Esperado	Não Atendimento	Pontos perdidos por descumprimento da meta
1	Apresentação dos empregados	Empregado uniformizado e com o uniforme limpo, apresentável e com crachá com identificação visível.	Empregado não uniformizado ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá	1 ponto por empregado limitado a 10 pontos por mês.
2	Execução integral dos serviços.	Serviços executados com a qualidade adequada e satisfatória.	Serviços executados de forma incompleta e/ou com a qualidade insatisfatória;	1 ponto por ocorrência limitado a 10 pontos ao mês
3	Segurança.	Fornecer EPI aos seus	Deixar de fornecer EPI	1 ponto por

		empregados e exigir o uso, quando necessário.	e/ou deixar de exigir o uso, quando necessário.	empregado limitado a 10 pontos por mês.
4	Serviços continuados.	Serviços executados com continuidade e regularidade, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito.	Serviços executados com descontinuidade e irregularidade sem motivos de força maior ou caso fortuito.	1 ponto por ocorrência limitado a 10 pontos por mês
5	Fiscalização.	Executar os serviços determinados pelo gestor e atender suas Recomendações	Deixar de executar os serviços determinados pela CONTRATANTE e/ou deixar de atender suas recomendações	1 ponto por ocorrência limitado a 10 pontos por mês
6	Efetivo de empregados.	Efetuar a reposição de funcionários faltosos por qualquer motivo (férias, licença médica, dispensa, etc)	Deixar de efetuar a reposição de funcionários faltosos,.	1 ponto por empregado, por dia, limitado a 10 pontos por mês.
7	Obrigações sociais.	Efetuar o pagamento, em dias, de salários, vales transporte, vale-refeição, seguros, encargos sociais e fiscais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas.	Deixar de efetuar o pagamento, em dias, de salários, vales-transportes, vale-refeição, seguros, encargos sociais e fiscais, bem como deixar de arcar com quaisquer despesas diretas ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas de suas exigibilidades	1 ponto por ocorrência, limitado a 10 pontos por mês
8	Uniformes.	Entregar o uniforme aos funcionários a cada 6 (seis) meses, ou antes se for necessário	Deixar de entregar o uniforme aos funcionários a cada 6 (seis) meses ou antes se for necessário.	1 ponto por empregado limitado a 10 pontos por mês.
9	Obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciária.	Apresentar mensalmente documentação fiscal, trabalhista, previdenciária, bem como outros exigíveis para pagamento, exclusivamente referentes ao contrato.	Deixar de apresentar documentação fiscal, trabalhista, previdenciária e outros exigíveis para pagamento.	1 ponto por ocorrência limitado a 10 pontos por mês
10	Serviços em dia	Executar nos prazos estabelecidos as Ordens de Serviços recebidas	Deixar de executar nos prazos estabelecidos as Ordens de Serviços recebidas	1 ponto por Ordem de Serviço, limitado a 10 pontos por mês
11	Fornecimento de materiais	Fornecer em tempo hábil todos os materiais necessários aos serviços	Deixar de fornecer em tempo hábil qualquer material necessário ao serviço	1 pontos por ocorrência limitado a 10 pontos ao mês

12	Fornecimento de ferramentas /equipamentos	Manter os empregados devidamente equipados com as ferramentas e equipamentos previstos no contrato	Deixar faltar qualquer ferramenta ou equipamento previsto no contrato	1 ponto por ocorrência limitado a 10 pontos por mês
13	Transporte	Manter os veículos, diariamente, em perfeitas condições de uso e prontos para o transporte de seus empregados para as frentes de trabalho.	Deixar faltar qualquer um dos veículos, por qualquer motivo que seja.	1 ponto por ocorrência limitado a 10 pontos por mês
14	Cumprimento integral do contrato	Cumprir e estar em dias com todas as obrigações contratuais	Deixar de cumprir e/ou retardar/atrasar o cumprimento de qualquer obrigação contratual	1 ponto por ocorrência limitado a 10 pontos por mês

14.8. No caso de haver ocorrência superior a 10 pontos no mês, em qualquer dos itens acima, ocorrerá automaticamente uma multa de 1% sobre o valor mensal da fatura, por cada item que exceder os 10 pontos.

14.9. NOTA MENSAL DE AVALIAÇÃO (NMA) = (140 – (Σ PONTOS PERDIDOS))/14

Nota Mensal	Penalidade
$9,5 < NMA < 10$	Advertência
$8,0 \leq NMA < 9,5$	Abatimento de 5% da fatura mensal
$7,0 \leq NMA < 8,0$	Abatimento de 10% da fatura mensal
$6,0 \leq NMA < 7,0$	Abatimento de 15% da fatura mensal
$5,0 < NMA < 6,0$	Abatimento de 20% da fatura mensal
$NMA \leq 5,0$	Abatimento de 25% da fatura mensal

14.10. A(s) multa(s) deverá(ao) ser recolhida(s) no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da(s) comunicação(ões) enviada(s) pela FUMCULT.

14.11. O valor da multa poderá ser descontado da nota fiscal ou crédito existente na FUMCULT, em favor da empresa contratada, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

14.12. Em qualquer hipótese de aplicação de multas ou sanções será assegurado à empresa contratada a ampla defesa e o contraditório.

15– CLÁUSULA DÉCIMA - QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

15.1. A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do presente contrato, as condições exigidas neste Termo de Referência, conforme art. 55, XIII da Lei 8.666/93.

15.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por representantes da CONTRATANTE ou comissão designada para tal;

15.3. A CONTRATANTE anotará em registro próprio, através de fiscalização, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

15.4. A FUMCULT reserva a si o direito de em qualquer ocasião fazer alterações que impliquem em redução ou aumento do número dos prestadores dos serviços, em consonância com o artigo 65 da Lei 8.666/93;

15.5. A CONTRATADA se obriga a cumprir todas as normas pertinentes à segurança e medicina do trabalho e às normas ambientais;

15.6. O instrumento contratual se vincula ao processo de licitação, aos quais se incluem, expressamente, este Termo de Referência e a proposta da CONTRATADA de acordo com o inciso XI do art. 55, da Lei nº. 8.666/93, bem como o Escopo dos Serviços e a justificativa da contratação;

15.7. Os casos omissos no presente contrato serão resolvidos de acordo com as disposições da lei Federal nº. 8.666/93 (inciso XII do art. 55), com as alterações posteriores, do Decreto Municipal nº. 4.192/2006 Decreto Municipal nº. 4.859/2009 e Decreto Municipal nº. 5.360/2011 e dos demais diplomas legais aplicáveis, desde que não colidentes com a legislação supracitada;

15.8. Promover a retirada diária, dos locais dos serviços, os entulhos, sem ônus adicional para a FUMCULT, descartando o entulho em local autorizado pelo FUMCULT;

15.9. O responsável técnico (Oficial), com o auxílio do apoio administrativo, deverá providenciar para que as equipes destacadas para os serviços fora da sede da Oficina façam suas refeições e gozem o intervalo de almoço nos próprios locais dos serviços, com o objetivo de não perderem tempo com deslocamentos;

15.10. Todo e qualquer serviço em atraso, bem como aqueles que possam afetar as atividades normais da FUMCULT, e ainda os determinados pelo Executor, deverão ser executados fora do expediente normal, inclusive fins de semana e feriados, sem custo adicional à FUMCULT, respeitado o limite de carga horária/mês estabelecido pela convenção da categoria;

15.11. Os responsáveis pela gestão e contratação será Lana Mércia Brazil Duarte Dias de Castro, Diretora-Presidente da FUMCULT e Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado, a saber: Giovanni Alberto de Oliveira, cargo Chefe de Departamento Parque da Cachoeira, responsável por acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações no Parque Natural Municipal da Cachoeira de Santo Antônio, situado à Rua Ten. Horácio Cordeiro, s/nº - Bairro Praia; e as demais instalações serão acompanhadas e fiscalizadas pelo servidor Paulo Antônio Teixeira.

15.12. Fica eleito o foro da comarca de Congonhas – MG, para dirimir as questões decorrentes do presente contrato.

Congonhas, 27 de junho de 2022.

Lana Mércia Brazil Duarte Dias de Castro
Diretora-Presidente da FUMCULT

Cláudio Vieira de Carvalho
CVCTEC Engenharia Eireli – EPP.

TESTEMUNHAS

1.....
Nome: Geraldo Sebastião de Andrade
CPF.: 559.636.926-87

2.....
Nome: Paulo Antônio Teixeira
CPF:782.975.838-72.

FUMCULT

Fundação Municipal de Cultura Lazer e Turismo

000023

ORDEM DE SERVIÇOS

A Fundação Municipal de Cultura, Lazer e Turismo – FUMCULT, inscrita no CNPJ sob o nº 19.141.308/0001-85, Inscrição Estadual Isenta e Inscrição Municipal nº 2509, sediada na Alameda Cidade Matosinhos de Portugal, nº 153, na Romaria, Bairro Basílica, Congonhas – MG, Cep.:36414-156, neste ato representada por sua Diretora-Presidente, Sra. Lana Mércia Brazil Duarte Dias de Castro, autoriza a empresa CVCTEC Engenharia – Eireli. – EPP., inscrita no CNPJ sob o nº 14.269.085/0001-12, sediada à Rua Cyro Vaz de Melo, nº 571, Ljs 13 e 14, Bairro Dona Clara, Belo Horizonte – MG, Cep.: 31255-840, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada por seu Proprietário, Cláudio Vieira de Carvalho, inscrito no CPF sob o nº 580.239.686-53 e Carteira de Identidade nº M-2.518.325 – SSP/MG, a iniciar os trabalhos da prestação dos serviços, a partir do dia / /2022 ( ), cujo objeto é a Contratação de empresa prestadora de serviços continuados de Manutenção Preventiva, Corretiva e Serviços Eventuais, para atender as instalações administradas pela Fundação Municipal de Cultura, Lazer e Turismo - FUMCULT, sendo: Museu de Congonhas, Museu da Imagem e Memória (Museu da Ladeira), Dependências da Romaria administradas pela FUMCULT, Parque Natural Municipal da Cachoeira de Santo Antônio, Banheiros ao lado do Santuário da Basílica do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, O Museu de Mineralogia e Artes Sacras, após as reformas em que está sendo submetido o referido espaço, Cine Teatro Leon, após as reformas em que está sendo submetido o referido espaço e demais locais que por ventura venham ser administrados pela Fundação Municipal de Cultura, Lazer e Turismo -FUMCULT, sendo utilizados recursos próprios e recursos do PRONAC Nº. 177800, Projeto Manutenção do Museu Congonhas por um período de 12 (doze) meses, conforme se encontra descrito no processo de Pregão Eletrônico nº FUMCULT/001/2022, com seus anexos e Contrato nº FUMCULT/013/2022.

Os responsáveis pela gestão e contratação será Lana Mércia Brazil Duarte Dias de Castro, Diretora-Presidente da FUMCULT e acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado, a saber: Giovanni Alberto de Oliveira, cargo de Chefe de Departamento do Parque Natural Municipal da Cachoeira, responsável, por acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações junto ao referido Parque, situado à Rua Ten. Horácio Cordeiro, s/nº - Bairro Praia e as demais instalações serão acompanhadas e fiscalizadas pelo servidor Paulo Antônio Teixeira.

Congonhas, 1º de julho de 2022

Lana Mercia Brazil D D Castro
Diretora Presidente

Lana Mércia Brazil Duarte Dias de Castro

Diretora-Presidente da FUMCULT.